

“A UNIVERSIDADE DESCONSTRUÍDA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E RESISTÊNCIA”

Livro organizado por José Dias Sobrinho e Dilvo I. Ristoff
Editora Insular, Florianópolis. livraria@insular.com.br

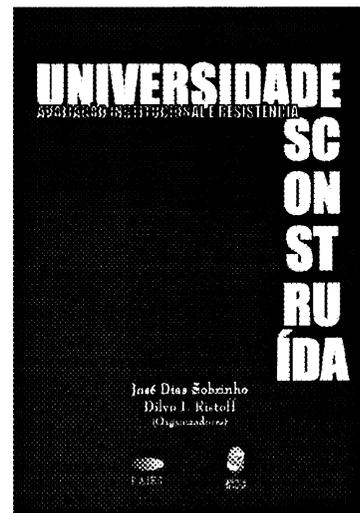
A avaliação da educação superior nos lança no centro dos projetos sociais e sobretudo econômicos que impõem uma nova organização para o mundo de hoje e do futuro. (Introdução, p. 7).

O conceito – teoria e prática – de avaliação da educação superior é hoje um dos conceitos-chave de compreensão da universidade como instituição multissecular envolta em mais uma de suas crises históricas. Ele contribui também, ainda que de forma indireta, para a anatomia da evolução/transformação do modo de produção da vida material, da razão humana, da sociedade e do Estado.

Nas encruzilhadas dos caminhos percorridos pela sociedade ocidental nos últimos séculos, quando sua organização sócio-econômico-política foi posta à prova, também têm sido questionadas suas instituições públicas ou privadas entre as quais a universidade.

Esse questionamento provém de distintas origens: de todos os interessados em sua obra passada, presente e futura. Marcada por uma existência quase milenar, a universidade é vista como uma espécie de patrimônio universal a que supostamente todos os cidadãos deveriam ter acesso ou de cujos “benefícios” todos deveriam poder usufruir. Educação não é privilégio, repetia, incansável, Anísio Teixeira ao tempo em que, como hoje, no caso brasileiro e de tantos outros países, a educação superior era (e continua sendo) tida como privilégio para poucos (“escolhidos”). A ela têm sido atribuídas ao fluir do tempo, equivocadamente ou não, diferentes missões, além de um imenso leque de competências nas mais variadas esferas do desenvolvimento das nações. Se este fracassa, a universidade tende a ser posta em causa. Põem-na sob suspeita os poderes instituídos de todos os níveis e de todas as naturezas. Cobram-lhe atualização (*aggiornamento*) instituições e indivíduos que construíram a seu respeito expectativas reais ou fictícias.

Além das tantas razões conjunturais que sempre levaram indivíduos, grupos, instituições e classes sociais ou, em seu nome, governos a questioná-la – estando disto repleta de exemplos a história recente da universidade brasileira – avolumam-se exponencialmente hoje, em razão da crise do Estado do Bem-Estar e do Estado Desenvolvimentista, as cobranças à instituição universitária como se fora sua propalada “ineficiência” uma das causas nodais dos males crônicos que afligem a produção e o Estado nos dias presentes. Apressam-se os organismos multilaterais, *intelectuais orgânicos* do capital em nível planetário, em fazer *recomendações* para os governos de quase todos os países, em especial dos em desenvolvimento (pobres e *remediados*) – *recomendações* em geral aceitas, por envolverem vultosos empréstimos pesadamente condicionados – visando em última instância a redução do déficit público, destacado



¹ Colaboradores, pela ordem dos trabalhos: Pedro Goergan, Isaura Belloni, Ildeu Moreira Coelho, J. Félix Angulo Rasco, José Dias Sobrinho, Dilvo I. Ristoff, Denise Leite, José Camilo dos Santos Filho e Maria Isabel da Cunha.

sintoma dessa crise da produção e do Estado. Sem se questionarem sobre as verdadeiras causas dessa crise macroestrutural, tanto os mentores dessas *recomendações* quanto os responsáveis pelas políticas públicas de educação superior, no nosso como em outros países, apressam-se por sua vez em aplicar a *receita* que se efetiva mediante ampla estratégia político-ideológica de convencimento do público interno e externo às instituições universitárias.

São diversos os componentes desta *receita*, mas todos objetivam, por um lado, a retirada gradual do Estado da manutenção integral das instituições de educação superior estatais, via restrição do uso do fundo público e incentivo ao empresariamento privado desse nível de ensino; por outro, a subsunção do fazer universitário – ensino (formação) e pesquisa – pela lógica antiautonômica do mercado.

Para cumprir-se tal *desideratum*, lança-se mão de artifícios e eufemismos semânticos, de conceitos de ocasião, oportunos tradutores de ideologias transitórias, bastante operacionais em épocas de crise e de mudanças estrategicamente orientadas: o saber de nível superior como bem (“mercadoria”) antes de caráter privado do que público; diferenciação institucional e diversificação de fontes de financiamento; a autonomia universitária como sinônimo da suposta autonomia empresarial, paralela à introdução na vida acadêmica das regras do quase-mercado; propriedade pública não estatal (“*organizações sociais como propriedades públicas não estatais ou fundações públicas de direito privado*”) e os conceitos de semipúblico e de semiprivado; além de conceitos gestados no meio empresarial como os de *administração gerencial* e de *qualidade total*. Complete-se este rol com a orquestração sinfônica, nos discursos oficiais e na mídia em geral, do mote da sacralização do privado e da satanização do público.

E ao Estado (*mínimo* para o trabalho, *máximo* para o capital), que de provedor transmuta-se em avaliador/fiscalizador/interventor, resta apenas, como medida de impacto para atingir seus objetivos e sensibilizar a grande imprensa, instaurar as conhecidas caricaturas de avaliação universitária que, como simulacros, produzem resultados tendentes a satisfazer os interesses competitivos do mercado ao mesmo tempo em que salvariam a face do governo como pretenso guardião de um dilapidado fundo público.

À avalanche moralizadora (ou mercadológica?) oficial tentaram bravamente contrapor-se as instituições públicas e privadas (não empresariais), recusando-se “*a entregar a universidade e sua avaliação ao livre mercado da educação e seus credos eficientistas*” mediante esforço inédito para a realização de processos de avaliação institucional que fizessem jus à sua história e preservassem seus inarredáveis valores éticos e seu papel inalienável na construção da sociedade e da nação (p. 10).

É a saga controversa deste embate entre os propósitos e medidas oficiais de modernização conservadora e o esforço da *comunidade acadêmica* por autoconhecer-se, superar seus próprios limites e atualizar-se, preservando sua identidade histórica, como instituição, diante dos dilemas que lhe propõem as razões do poder do Estado e do mercado, que sob diferentes enfoques nos apresentam os autores deste precioso e oportuno livro *UNIVERSIDADE DESCONSTRUÍDA – Avaliação Institucional e Resistência*, organizado por José Dias Sobrinho e Dilvo I. Ristoff e publicado pela Editora Insular, de Florianópolis.

Raras são as obras coletivas tão bem estruturadas sobre o tema como esta e, portanto, tão liminarmente necessária à análise e compreensão das vicissitudes por que passa a instituição universitária hoje em crise (*de hegemonia, crise de legitimidade e crise institucional*²) e sendo alvo dos mais variados questionamentos e suspeições, especialmente quanto a sua suposta “ineficiência” diante das exigências do mercado e ao fato de ser (no caso, a universidade pública) beneficiária dos recursos do fundo público em países enredados no ajuste estrutural de corte neoliberal como o Brasil.

Poucos aspectos da temática da avaliação universitária deixam de ser abordados, dissecados, analisados, tensionados e postos em perspectiva sob o pano de fundo das grandes mudanças que se efetivam atualmente no campo da produção e do Estado. Este é um dos maiores méritos deste livro, onde o leitor encontrará, além de um texto redigido com grande esmero e correção, uma rica coleção de enfoques do tema que vão desde ensaios teóricos de extrema pertinência sobre os pressupostos necessários à avaliação universitária (*A avaliação universitária na perspectiva da pós-modernidade; A função social da avaliação institucional*, entre outros) até bem articuladas e sólidas reflexões sobre distintos aspectos das experiências de avaliação institucional (*Avaliação institucional na perspectiva da integração; Avaliação institucional: construindo relatórios; Avaliação institucional e a produção de novas subjetividades*, entre outros), e sobre temas tão controvertidos quanto o famigerado *Provão* (*Análise teórico-política do Exame Nacional de Cursos*).

2 Boaventura de S. SANTOS. *Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo : Cortez Ed., 2a. ed., 1996, p. 190.

Foram muito felizes os organizadores na escolha desses nove textos do considerável acervo constituído por mais de uma dezena de edições da revista *Avaliação* publicada trimestralmente pela RAIES (Rede de Avaliação Institucional de Educação Superior) desde julho/96. Eles formam inegavelmente um conjunto muito bem articulado, onde se mesclam e reciprocamente se iluminam as questões gerais e as específicas. De sua leitura, em linha direta ou transversal, aprenderá muito o leitor sobre questões técnicas do processo de avaliação institucional, mas muito mais aprenderá acerca: a) dos valores e da ética que deve presidir a vida universitária e esse processo de avaliação; b) dos estreitos vínculos existentes entre os polissêmicos conceito e processo de avaliação universitária, a identidade universitária e os modelos de desenvolvimento e de Estado.

Uma pequena amostra do conteúdo instigante deste livro nos revelam os organizadores, quando, na introdução, afirmam:

Seguir os debates e combates no campo da avaliação é também penetrar num mundo de conflitos de concepções relativamente às novas funções e outros perfis que os governos, ouvindo as vozes da economia, exigem das universidades, e, aos valores e projetos acadêmicos, científicos e sociais que estas tentam fazer prevalecer. Confrontam-se duas racionalidades de avaliação. Uma voltada a resolver problemas imediatos, como distribuir os poucos recursos, orientar as matrículas, produzir as hierarquizações de instituições, sinalizar os currículos e as carreiras mais demandados pelo mercado, reconhecer e credenciar, legitimar medidas administrativas e dirigidas aos controles do sistema; a outra concebendo a avaliação como um mecanismo de compreensão e melhora de tudo o que constitui uma instituição – pessoas, idéias, ações, recursos materiais -, sempre referido à missão e à visão institucional (p. 9).

Chamam-nos a atenção ainda para o fato de que “as divergências são muito gritantes, as disputas acirradas”, o que impõe a participação de todos neste debate. Diante da crise dos pressupostos iluministas da universidade, no dizer de Pedro Goergen, ao final da leitura deste livro convenço-me que é necessário juntar forças e levar a sério o alerta de Thayer, ainda que traduzindo o termo *pensamento* pelo resultado de amplo processo democrático, plural, de reflexão e ação inter e extra-institucional:

Caída nos acontecimentos transicionais, expulsa do seu refúgio estatal para as ruas do mercado, deslocada de seus hábitos, de seu paradigma, de sua familiaridade, de sua tradição, a universidade reclama, urgentemente, um pensamento que a oriente em meio ao bosque mercantil (apud Goergen, p. 15).

Finalmente, cabe endossar a conclusão dos organizadores diante do interesse social e público que adquire o processo de avaliação universitária:

A avaliação da educação superior não pertence (...) ao interesse privado, mas sim ao universo de valores do âmbito público.(...) Um processo mais ético que técnico, não é feita para benefício dos indivíduos e somente das partes implicadas, mas sim é prática social de interesse da sociedade em geral (p. 7).

Esta obra é das que merecem a fortuna de serem lidas e tornarem-se interlocutoras permanentes de tantos quantos se afligem com o presente e o futuro da instituição universitária, e com seu processo de avaliação como meio entre tantos de superação de suas crises e restauração de sua identidade.

Piracicaba, 26 de Agosto de 2000.

Valdemar Sguissardi

Professor do PPGE/FE/UNIMEP e organizador do livro *Avaliação Universitária em Questão: reformas do Estado e da Educação Superior* (Campinas: Autores Associados, 1997).